



Fibrasa

CNPJ: 04.221.067/0001-07



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Fibrasa S/A, submete à apreciação dos Senhores as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o extrato do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Serra/ES, Abril de 2025.

Aviso: As Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são Demonstrações Financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. O relatório de opinião dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras completas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) da Fibrasa S.A. foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 27 de março de 2024, sem modificações. A íntegra das demonstrações financeiras da Companhia e do relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis na empresa e nos seguintes endereços eletrônicos: Institucional@fibrasa.com.br

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Em 31 de Dezembro de 2024	Em 31 de Dezembro de 2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	43.247	41.040
Contas a receber de clientes	5	172.165	145.271
Estoques	6	76.057	58.228
Tributos a recuperar	7	1.664	1.908
Adiantamento a fornecedores		989	1.929
Despesas Antecipadas		994	1.034
Outros créditos		3.077	3.662
Total do ativo circulante		298.194	253.072
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	15	15.116	5.058
Outros créditos		28	27
		15.144	5.085
Imobilizado	8	257.078	223.892
Intangível	9	1.673	1.534
		258.752	225.426
Total do ativo não circulante		273.896	230.511
Total do ativo		572.090	483.583
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	20.015	27.926
Empréstimos e financiamentos	11	5.841	12.367
Obrigações trabalhistas	12	9.698	9.954
Obrigações tributárias	13	4.763	3.842
Imposto de renda e contribuição Social	13	45	552
Operações de arrendamento	16	3.065	5.394
Comissões a pagar		2.918	1.834
Outras contas a pagar	14	3.237	4.694
Dividendos a Distribuir		10.838	1.285
Total do Passivo Circulante		60.420	67.848
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	50.000	4.245
Obrigações tributárias	13	5.360	2.214
Imposto de renda e contribuição social	13	10.024	4.422
Tributos Diferidos		189	189
Provisão para Contingências	15	209	209
Operações de arrendamento	16	426	3.650
Outras Obrigações		1.646	6.108
Total do Passivo Não Circulante		67.854	18.038
Patrimônio líquido			
Capital social	17a	83.141	83.141
Reserva de incentivos fiscais	17b	315.216	302.786
Reserva legal	17c	15.306	7.917
Reserva de Lucros	17d	30.153	3.854
Total do patrimônio líquido		443.815	397.697
Total do passivo e patrimônio líquido		572.090	483.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida		532.671	472.820
Custo dos produtos vendidos	18	(367.448)	(312.863)
Lucro bruto		165.222	159.957
Recargas (Despesas) operacionais			
Despesas de vendas	20	(46.359)	(45.892)
Despesas gerais e administrativas	21	(38.947)	(37.219)
Outras (despesas) receitas operacionais	22	(7.390)	(1.664)
		(92.696)	(84.775)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		72.526	75.182
Receitas financeiras	23	6.144	10.269
Despesas financeiras	23	(8.863)	(6.512)
		(2.718)	3.757
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		69.808	78.939
Imposto de renda e contribuição social	13.1	(11.278)	(4.769)
Lucro líquido do exercício		58.530	74.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	58.530	74.169
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente do exercício	58.530	74.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	58.530	74.169
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão de imposto de renda e contribuição social	9.675	4.769
Depreciação e amortização	14.500	15.224
Encargos financeiros Líquidos	4.533	3.648
Provisão para processos judiciais	8.602	83
Amortização do direito de uso	5.710	5.903
Encargos financeiros sobre arrendamento	933	996
Baixas de ativo imobilizado e intangíveis	4.593	1.358
	107.076	106.151
Redução (Aumento) nas contas do ativo		
Contas a receber de clientes	(26.894)	(4.634)
Estoques	(17.830)	(5.896)
Tributos a recuperar	244	15
Adiantamentos a fornecedores	940	4.637
Outras	624	(4.208)
Depósitos Judiciais	(10.058)	(87)
	(52.974)	(10.173)
Aumento (Redução) nas contas do passivo		
Fornecedores	(7.911)	11.251
Obrigações tributárias	4.068	78
Obrigações trabalhistas	(256)	1.054
Outras obrigações	(373)	(3.196)
	(4.472)	9.187
Caixa gerado nas operações	49.630	105.165
IR e CS Pagos	(10.003)	(4.762)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	39.626	100.404
Atividades de Investimento		
Aquisições de imobilizado	(57.273)	(86.578)
Aquisições de intangível	(595)	(825)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(57.868)	(87.403)
Atividades de financiamento		
Pagamento do Arrendamento	(6.748)	(6.595)
Dividendos	(7.500)	-
Captações de empréstimos e financiamentos	50.000	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(12.391)	(18.530)
Juros pagos	(2.914)	(3.781)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	20.448	(28.906)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.207	(15.906)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	41.040	56.946
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	43.247	41.040
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.207	(15.906)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros/prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	83.141	236.966	4.208	-	-	324.314
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	74.169	74.169
Constituição da Reserva Legal	-	-	3.708	-	(3.708)	-
Reserva Incentivos Fiscais IR Sudeste	-	6.341	-	-	(6.341)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	58.981	-	-	(58.981)	-
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	(1.285)	(1.285)
Outras Movimentações	-	498	-	-	-	498
Constituição de Reserva de Lucros	-	-	-	3.854	(3.854)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	83.141	302.786	7.917	3.854	-	397.697
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	58.530	58.530
Constituição da Reserva Legal	-	-	2.926	-	(2.926)	-
Reserva Incentivos Fiscais IR Sudeste	-	12.251	-	-	(12.251)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	(2.361)	(2.361)	(2.361)
Dividendos a Distribuir	-	-	-	(3.854)	(10.838)	(14.692)
Outras Movimentações	-	178	4.463	-	-	4.641
Constituição de Reserva de Lucros	-	-	-	32.514	(32.514)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	83.141	315.216	15.306	30.153	-	443.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Fibrasa S.A. ("Companhia"), sendo a matriz com sede no município da Serra/ES e Filial com sede no município de Abreu e Lima/PE, é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo indeterminado de duração, e tem como objetivo a fabricação e comercialização de embalagens plásticas e industriais, chapas, laminados e produtos afins, destinadas principalmente às indústrias de alimentos no mercado nacional. **2. - Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **2.1 - Base de preparação: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **b) Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras da Companhia foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 21 de março de 2025. **2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 - Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incertezas das estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige o uso de estimativas e julgamentos para certas operações que refletem o reconhecimento e a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados. **i) Premissas e estimativas: a) Nota Explicativa 08 - Perda (impairment) dos ativos não financeiros:** A Companhia avalia os ativos do imobilizado com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável de seus ativos, a Companhia utilizou o valor justo líquido de venda. Com base nas análises da Administração, não foram identificados indicativos de perda para redução ao valor recuperável dos saldos dos ativos da Companhia. **b) Nota explicativa 15 - Processos judiciais e contingências:** A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Informações sobre processos provisionados e contingências estão apresentadas na Nota 15. **c) Nota explicativa 5.a - Provisão para Perdas de Crédito Esperada:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. **d) Nota Explicativa 16 - Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário:** A taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06(R2), em 2019, permitiu que a taxa incremental fosse determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **2.5 - Transações em moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **2.6 - Caixa e equivalentes de Caixa:** São mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa, dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa, quando aplicável, detalhadas na Nota 4. **2.7 - Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são equivalentes aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber (Nota 5). **2.8 - Estoques:** Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo por absorção" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal) (Nota 6). **2.9 - Imobilizado:** Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para que o item específico tenha o uso pretendido. Reparos e manutenções, incluindo o custo das peças de reposição, somente são ativados quando for provável que os gastos proporcionem futuros benefícios econômicos para a Companhia. Caso contrário, são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear (Nota 8). **2.10 - Operações de arrendamento:** Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Os ativos e passivos provenientes de um

arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos. **2.11 - Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras (Nota 11). Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.12 - Provisões para riscos trabalhistas, civis e tributários:** Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos trabalhistas e civis estão descritos na Nota Explicativa nº 15. **2.13 - Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. Para a contribuição social é utilizada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Para ambas, quando aplicável, considera-se a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro real do exercício. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. O encargo de imposto de renda e contribuição social, com alíquota vigente de 34%, é calculado pelo regime de tributação - Lucro Real, com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e quando julga apropriado, estabelece provisões, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **2.16 - Incentivos Fiscais:** A Companhia é beneficiária dos seguintes incentivos fiscais estaduais e federais: 1- IR Sudeste - Incentivo fiscal federal para o desenvolvimento regional, destinado às Companhias instaladas na região Nordeste do país, com vigência até 31/12/2032. O valor das subvenções para investimento consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada "lucro da exploração", gerado pela unidade industrial incentivada. A subvenção federal é apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício como Receita de Incentivos Fiscais e destinada posteriormente à conta de Reserva de Incentivo Fiscal no Patrimônio Líquido. A Administração da Companhia cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção e até o momento, entende-se que não foi descumprida qualquer condição cuja inobservância impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais concedidas. 2. Proind /PE - Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco, instituído através do Decreto 44.766 de 20/07/2017, criado com objetivo de fomentar investimentos na atividade industrial, mediante a concessão de incentivos fiscais através de crédito Presumido de ICMS, com vigência até 2032. 3. Compete/ES - O Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo, regulamentado pela Lei 10.568/2016, tem por objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Estado, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na manutenção e/ou geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais. Para participar do programa, os setores produtivos assinam o Contrato de Competitividade - COMPETE/ES, no qual assumem o compromisso de aumentar a competitividade das Companhias estabelecidas no Espírito Santo, em relação às similares de outras regiões do país, com a concessão de crédito presumido de ICMS com vigência até 2032. **2.17 - Lucro por ação do capital:** O lucro por ação do capital social é calculado com base na média ponderada de ações na data do balanço patrimonial. **2.18 - Reconhecimento de receita com clientes:** A receita compreende aumento nos benefícios econômicos durante o período contábil, originado no curso das atividades usuais da entidade, na forma de fluxos de entrada ou aumentos nos ativos ou redução nos passivos que resultam em aumento no patrimônio líquido, e que não sejam provenientes de aportes dos participantes do patrimônio. Conforme o CPC 47 a Companhia deve reconhecer as receitas à medida que as obrigações de performance são satisfeitas. De acordo com a norma, o reconhecimento e mensuração das receitas seguem o modelo de cinco passos a saber: (1) identificação dos contratos com os clientes, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço de transação, (4) alocação do preço da transação, e (5) o reconhecimento da receita quando (ou a medida) em que a Companhia satisfaz a obrigação de desempenho. A Receita deve ser reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos Clientes em suas instalações. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	2024	2023
Caixa	41	53
Bancos	176	170
Aplicações Financeiras	43.030	40.817
	43.247	41.040

Os depósitos de curto prazo correspondem aos saldos mantidos em conta corrente bancária na data base das demonstrações financeiras. As aplicações financeiras de curto prazo são substancialmente operações de CDB (Certificado de Depósito Bancário), com remuneração vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, (97% a 110%) que resgatáveis a qualquer tempo (com liquidez diária). **5. Contas a receber de clientes**

	2024	2023
Clientes Nacionais	163.412	139.762
Clientes Externos	9.031	5.788
	172.443	145.550

Perdas de Crédito

	2024	2023
Total	172.165	145.271
Vencidos	2.559	2.872
A vencer	169.606	142.399
	172.165	

6274 FIBRASA - BALANCO.pdf

Código do documento: 6274



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

10 abr 2025, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 6274

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2025-04-10T00:01:27-03:00

10 abr 2025, 00:01:27 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2025-04-10T00:01:27-03:00

10 abr 2025, 00:01:27 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2025-04-10T00:01:27-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 8a6191601f5ef1dc71f55af4a4fdb3b1c4a3fce1ce4f2246cefc480ff9aaef25

[SHA512]: b2fff18ba1a2e823d6f09f0c6c455c4e5dbd70d69d932b55713c7da4582d05a1899db9716010c475ffefc6f5c9e76fddb4256fe7ea4b214cd7f583c6ad62e4

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB